

**FAAG - FACULDADES DE AGUDOS**

**LORINISA KNAAK DA COSTA**

**ESCOLA INCLUSIVA: UMA REALIDADE AINDA DISTANTE PARA AS  
CLASSES MENOS FAVORECIDAS**

**AGUDOS - SP**

**2007**

**LORINISA KNAAK DA COSTA**

**ESCOLA INCLUSIVA: UMA REALIDADE AINDA DISTANTE PARA AS  
CLASSES MENOS FAVORECIDAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como exigência  
parcial para obtenção do título  
de Licenciatura em Pedagogia  
pela Faculdade de Agudos – SP,  
sob orientação do Professor Dr.  
Marcelo José Araújo.

**AGUDOS – SP  
2007**

Dedico esta obra ao meu marido Alexandre, pelos ideais e direitos iguais que lutamos juntos e também aos meus filhos Samara, Matheus e Jéssica, que vieram concretizar meu ideal de mãe e educadora.

Às crianças, adolescentes e jovens que participam do Centro Social Amor Perfeito, pelos quais tenho dedicado grande parte da minha vida, no desejo de que cada um seja um agente de transformação, desempenhando seu papel como cidadão responsável.

À Ianca que aos oito anos de idade ainda não frequentou a escola, tornando-se a grande motivadora desta obra.

E, finalmente, àqueles que acreditam e lutam por uma educação de qualidade para todos.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos são primeiramente a Deus, pelo Dom da vida e por me dar força e inteligência suficientes para desafiar e enfrentar os momentos difíceis encontrados ao longo da graduação.

Aos meus pais por me terem educado no caminho certo e me feito crescer em bases sólidas e seguras.

Ao meu marido Alexandre que não mediu esforços para me auxiliar na digitação deste trabalho, pelo apoio e incentivo em todos os momentos e aos meus filhos que sempre estiveram do meu lado e me compreenderam nos momentos de ausências diante dos livros, das anotações... Perdoem-me pelas horas em que não pude compartilhar de algumas brincadeiras e conversas.

Ao meu professor e orientador Marcelo José Araújo pelas dicas, sugestões e paciência em mostrar-me o melhor caminho para o conhecimento.

A minha amiga de sala Iraci, que sempre esteve do meu lado me incentivando, auxiliando e passando os recados.

A Érica que me auxiliou nos momentos que precisei para a formatação do meu trabalho.

A minha amiga Dani pelo apoio e dedicação.

Às colegas de classe pelas dicas e amizade.

A todas as educadoras que responderam ao questionário.

A todos os professores que colaboraram na minha formação profissional.

Aos amigos em geral que sempre se fizeram presentes na minha caminhada.

“Estar vivo é estar em conflito permanente, produzindo dúvidas, certezas sempre questionáveis.

Estar vivo é assumir a educação do sonho no cotidiano.

Para permanecer vivo, educando a paixão, é preciso educar o medo e a coragem.

Medo e coragem em ousar.

Medo e coragem em assumir a solidão de ser diferente.

Medo e coragem em romper o velho.

Medo e coragem em construir o novo.

Educar a paixão é lidar com a capacidade, força vital, em Desejar, Sonhar, Imaginar e Criar.

Somos sujeitos porque desejamos, sonhamos, imaginamos e criamos na busca permanente da alegria, da esperança, do fortalecimento de uma sociedade mais justa, da felicidade a que todos temos direito.

Este é o desafio de permanecer VIVO... fazendo educação!”

*Madalena Freire*

## RESUMO

A escola pública, no Brasil, caracteriza-se pelo fato de ser uma escola predominantemente constituída por: crianças, jovens e adultos das classes menos favorecidas. Ao se falar da escolarização da classe popular é necessário voltar-se para a história e verificar como a classe subalterna não tinha acesso à escolarização. O legado histórico e outros fatores impedem que crianças e jovens tenham na escola um local significativo e de aprendizagem, sendo excluídos e rotulados como fracassados, pelo fato de não se enquadrarem nos padrões estabelecidos pela classe dominante.

**Palavras-chave:** legado histórico - ensino público – exclusão – fracasso escolar – poder dominante.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1 O SURGIMENTO DA ESCOLA</b> .....	11
<b>1.1 A educação do homem primitivo</b> .....	11
1.1.1 <u>Os primeiros professores</u> .....	12
<b>1.2 A educação no mundo antigo</b> .....	12
1.2.1 <u>A educação oriental</u> .....	13
1.2.1.1 A educação chinesa .....	13
1.2.1.2 A educação hindu .....	14
1.2.1.3.A educação judaica .....	14
1.2.2 <u>A educação grega</u> .....	15
1.2.3 <u>A educação romana</u> .....	17
<b>1.3 A educação na idade média</b> .....	18
1.3.1 <u>A formação dos homens de ofícios</u> .....	19
1.3.2 <u>A formação militar</u> .....	19
1.3.3 <u>A educação superior</u> .....	20
<b>1.4 A educação nos tempos modernos</b> .....	20
<b>1.5 A educação na Idade Contemporânea</b> .....	22
1.5.1 <u>Fatos que caracterizaram o final do século XVII e percorreu todo o século XIX</u> .....	22
1.5.2 <u>Mudanças na educação</u> .....	23
<b>1.6 A educação no Brasil</b> .....	24
1.6.1 <u>A educação durante o império (1822 – 1889)</u> .....	25
1.6.2 <u>Mudanças na educação a partir do século XX</u> .....	25
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2 A ESCOLA INCLUSIVA</b> .....	29



## **INTRODUÇÃO**

Ao falar em fracasso e exclusão escolar no Brasil, o que vem de súbito à mente são as classes menos favorecidas. É impossível, contudo, falar de forma geral, sobre escolarização para as classes menos favorecidas sem retornar à história. A escola, por várias razões desde a sua criação, apontou o fracasso dos indivíduos da classe de baixa renda e impossibilitou aos estudantes o acesso a uma escola como um espaço significativo e de ampliação do conhecimento para todos.

Tendo em vista os muitos conflitos que prejudicam a aprendizagem, enfocando especificamente a desvalorização do aluno, proveniente da classe menos favorecida. Esta pesquisa visa constatar as causas da desvalorização do aluno da classe menos favorecida.

No Brasil, o reconhecimento da escola como um direito de todos fez com que se criassem políticas educacionais que visassem a expansão de vagas para garantir a presença de todas as crianças na escola. Mas, verifica-se que em várias cidades do país se encontram muitas crianças que ainda não possuem o seu espaço garantido na escola. E poucas escolas que existem enfrentam a dificuldade em garantir nelas a permanência dos alunos e de dar uma educação de qualidade a todos.

As condições escolares são, na verdade, mecanismo de seletividade da classe dominante e diante desta realidade, trata-se de decidir se os que atuam na educação, e que não concordam com a seletividade e querem torná-la mais democrática e de qualidade, têm algo a fazer dentro dela.

Com efeito, isso não ocorre na comunidade escolar, pois, esta não aprendeu a se aproximar do aluno de origem simples, nem de conhecer o meio em que vive, pois uma das dificuldades e distúrbios de aprendizagem têm como principal causa o condicionamento do ambiente, e a escola se coloca contra a realidade social do aluno dando um valor negativo a seus hábitos e culpando-o pelo seu “fracasso escolar”.

Para a maioria das crianças da classe menos favorecida, a vida escolar torna-se um peso. Além de não ter alguém em casa para ajudá-la, o ensino não se relaciona com a sua vida. Fora da escola a criança é capaz de inúmeras coisas, manifesta uma série de habilidades, mas ao chegar à escola, a criança é rotulada como fracassada e incapaz.

Sem dúvida, esta visão será um bom treinamento para a exclusão social, condição que a acompanhará pela vida toda, por isso, faz-se necessário reagirmos e lutarmos por seu direito à participação.

Diante do exposto, o presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: no Capítulo 1 descreve-se como surgiu a escola, que é formalmente a parte teórica; no Capítulo 2 apresenta-se a escola inclusiva, os termos exclusão/inclusão e as vantagens de uma escola inclusiva; no Capítulo 3 verifica-se que a escola é uma instituição excludente, seletiva e são as crianças das classes menos favorecidas que fracassam; no Capítulo 4 elaborou-se uma análise dos questionários levados à campo, fazendo um paralelo com a pesquisa bibliográfica e, por último, as considerações finais nas quais se relata a necessidade de uma escola que desenvolva uma educação de qualidade a todos.

## Capítulo 1

### 1 O SURGIMENTO DA ESCOLA

*“É importante estudarmos o passado para entendermos o presente e assim planejar o futuro”.*

*Lori.*

A escola é uma criação da humanidade e seu papel é socializar o saber sistematizando-o. É a instituição por onde o conhecimento é veiculado, conhecimento este, que a sociedade julga necessário transmitir para as novas gerações. Nas sociedades primitivas a educação estava integrada no próprio funcionamento da sociedade. De acordo com a complexidade dos grupos, surgem organizações encarregadas para transmitir a herança cultural, ou seja, a escola.

De acordo com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96: o objetivo da escola é o de contribuir para o pleno desenvolvimento do ser humano, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho. Sendo assim, é necessário construir uma escola em que todos sejam acolhidos e tenham sucesso. Entretanto, hoje, nas escolas, todos são acolhidos? Conforme a realidade atual que a educação apresenta, a escola não é para todos. Esta realidade fundamenta-se no passado. Há um pano de fundo, uma história que explica este fato. O que se percebe no transcorrer da história da educação é o fato de que em todos os tempos a educação não deixou de acontecer. Sempre existiu a tarefa de transmitir para as novas gerações o conhecimento e as normas de convivência consideradas necessárias à formação dos jovens. A educação sempre existiu para todos. A escola, porém, ao longo da história, nem sempre se mostrou inclusiva. (PILETTI, 1997).

#### 1.1 A educação do homem primitivo

Na maioria dos povos primitivos existia uma organização com características sócio-políticas e tribal-família, era comandada por um chefe, cacique ou rei, assessorado por um conselho de anciãos. O trabalho era realizado comunitariamente, os homens estavam submissos à natureza, para Ter o seu sustento diário tinham que caçar e colher frutos. Não possuíam escolas, por isso, a educação era informal ou assistemática feita por meio da convivência familiar ou

tribal. Em vários povos existia o cerimonial de educação que consistia na celebração da transição da adolescência para a idade adulta, estes ficavam num local separado do convívio da tribo juntamente com um grupo de anciãos. Durante este período os jovens aprendiam as normas, os costumes, as tradições, o ritual e a religião do povo, eram submetidos a provas de resistência à dor. (PONCE, 1986).

A criança adquiria o conhecimento necessário por meio da imitação, nos primeiros anos de vida, ou também chamada de primeira fase, nesta fase a imitação era dada inconscientemente, já na adolescência, ou Segunda fase, era consciente.

### 1.1.1 Os primeiros professores

Os povos primitivos acreditavam no animismo<sup>1</sup>. Este consistia na crença de que todas as coisas possuíam alma ou espírito. Portanto, procuravam agir de maneira que não ofendesse o espírito que habitava nos objetos de que precisava. Para isso, eram seguidos certos métodos. Quem realizava as cerimônias, a instrução inicialmente eram os chefes dos grupos familiares. Posteriormente, repassou-se este ofício aos sacerdotes, tornando-se os primeiros professores. (PILETTI, 1997).

## 1.2 A educação no mundo antigo

Com o passar do tempo os homens começaram a observar que havia uma divisão entre os que pensam e planejam suas ações aos outros membros da tribo. Com as modificações das técnicas relacionadas especialmente ao uso da domesticação de animais e da agricultura, surge na sociedade os administradores e os executores. A comunidade passa a produzir mais que o necessário para o seu sustento, surge o ócio, o que permitiu ao homem fabricar outros instrumentos para o seu trabalho. Homens de outras tribos eram capturados e tornavam-se escravos.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para indicar a crença difundida entre os povos primitivos de que as coisas naturais são todas animadas; daí a tendência a explicar os conhecimentos pela ação de forças ou princípios animados. Forma primitiva da metafísica e da religião. (ABBAGNANO, 2000)

A função dos administradores passava de pai para filho, a propriedade que era comum da tribo (terra, rebanhos, etc.) passa a constituir propriedade privada das famílias que a administravam.

Em relação aos conhecimentos relacionados à administração, estes são repassados somente para os filhos dos administradores. A partir de então criou-se a *escola* para sistematicamente educar seus filhos.

Surge, nesse momento, o *Estado*, que tem como função assegurar legalmente a propriedade privada ao seu detentor, assim como a posse de escravos. (CAMBI, 1999).

### 1.2.1 A educação oriental

Começa a se desenhar um novo contexto social, onde a sociedade primitiva passa para uma nova civilização, pois anteriormente a sociedade baseava-se na família. Em decorrência das várias transformações ocorridas, surge uma nova sociedade baseada na organização política e na individualidade. A partir desta época forma-se a linguagem, a escrita e a literatura.

#### 1.2.1.1 A educação chinesa

A aprendizagem da língua chinesa era muito complexa, o idioma era monossilábico, composto por 450 sílabas e as combinações davam origem a 1200 palavras.

Cabia à família dar a educação escolar inicial (alfabetização) para os filhos e, em seguida, eram enviados a uma pequena escola ou para um professor particular, pois não existia uma rede de escola pública elementar.

As escolas elementares existentes eram divididas em quatro classes, matriculavam nelas alunos com idade de 7 a 14 anos. Nelas aprendia-se leitura, escrita e cálculo, bem como participava-se de exercícios de ginástica. As escolas elementares eram mantidas pelas contribuições dos alunos ou com o auxílio de voluntários. Elas não possuíam um prédio fixo, os dias letivos eram longos e se estendiam durante o ano todo. Nas escolas, os alunos aprendiam a dominar as formas de linguagem, decoravam textos sagrados e procuravam desenvolver um estilo literário semelhante aos escritos sagrados.

A educação chinesa era elitista, burocrática, tradicional, privilegiava somente uma parcela mínima da população, aquela que tinha condições de disputar cargos públicos e títulos de nobreza. (PILETTI, 1997).

#### 1.2.1.2 A educação hindu

A educação hindu não se diferenciava muito da educação chinesa. Na educação hindu havia o sistema de castas: os brâmanes ou sacerdotes forneciam os professores e controlavam toda a legislação; os xátrias eram gerais ou classe executiva militar; os vaicias eram formados pela classe industrial; os sudras pertenciam à classe servil. Além destas castas, havia os párias e os sudras, que eram os sem castas, estes não recebiam nenhum tipo de educação formal. Os que tinham acesso às escolas eram as classes: guerreira e industrial. Não existia um sistema escolar oficial, por este motivo o ensino era ministrado pela iniciativa privada e pelos mestres das classes superiores, os docentes ministravam suas aulas, à sombra de uma árvore. O ensino era de teor religioso, onde se pregava proibições e alertas para as práticas diárias.

O ensino superior era ministrado nos colégios que posteriormente foram transformados em universidades, no início quem os freqüentavam eram apenas os brâmanes. Em suma, a educação era um misto de teor acadêmico-teológico, ascético-místico<sup>2</sup>, especialmente na educação superior, e reservada para poucos. (CAMBI, 1999).

#### 1.2.1.3 A educação judaica

Conforme a Bíblia Sagrada, Deus estabeleceu uma aliança com o povo de Israel considerando-o como sua propriedade e o povo se comprometeu a tê-lo como único Deus. Em decorrência da aliança, o povo de Deus era educado dentro dos princípios bíblicos, traçado no Pentateuco-Torá (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio), por este motivo a educação física, intelectual, moral e religiosa, em princípio, era feita pelo pai. Este ensinava e procurava desenvolver as capacidades do filho, conforme os preceitos bíblicos.

O pai era ao mesmo tempo preceptor e professor inicial do processo educativo do filho, sendo que a continuidade dos estudos era dada na escola

---

<sup>2</sup> Ascético-mítico – palavra que começou a ser aplicada à vida moral na medida em que a realização da virtude implicou limitação dos desejos e renúncias. (ABBAGNANO, 2000)

informal e na sinagoga, onde recebia a complementação dos estudos bíblicos. Os alunos também aprendia ou praticava algum trabalho manual. Há menção de escola no Talmude somente no século II depois de Cristo, na qual se registra que a criança ao atingir seis anos de idade, deveria ser levada pelo pai à escola. A construção da escola deveria ser simples, higiênica e funcional. Cada turma deveria ser de vinte e cinco alunos, se o seu número chegasse a quarenta, a classe deveria ser dividida e aumentado o número dos professores. (PILETTI, 1997).

O número de alunos existentes na sala de aula atualmente (quarenta e cinco) excede ao proposto na antiguidade. Como oferecer uma educação de qualidade com um número de alunos além do estabelecido como ideal?

A escola formal era de regime integral, organizada em três níveis, conforme a idade e o nível de conhecimento do aluno:

- Mingrah – destinava-se à alfabetização e para alunos com idade de até dez anos.
- Mishmat – para esta turma se ensinava religião, legislação e deveres de cidadão, sendo para alunos de dez a quinze anos de idade.
- Guemara – ministravam-se aulas de Ciências Naturais e Direito, para alunos maiores de quinze anos de idade.

Havia também a escola de Profetas, era uma associação religiosa que se destinava à formação de mensageiros de Deus. A escola de Escribas, também chamados de Doutores da Lei, era uma instituição de ensino de nível superior.

### 1.2.2 A educação grega

Na Grécia no século V a.C., a exigência de um comércio cada vez maior impôs duas inovações que foram de grande importância, a cunhagem da moeda e o aparecimento dos aparelhos de navegação. O comércio marítimo fez enriquecer a nobreza, tornando-os possuidores de terras, proprietários de escravos e guerreiros. Surgiu um novo conceito de Educação e de liberdade. Mas, é preciso destacar que somente 10% da população podia tirar proveito de sua liberdade, pois cerca de 90% da população vivia como escravo. Os ideais gregos eram: liberdade política e moral; desenvolvimento intelectual e racionalidade.

A Grécia foi o berço da civilização Ocidental, pois, foi por meio dela que se lançaram as bases da Ciência e da Cultura. Foi também na Grécia que se

modelou um sistema educacional que possuía a seguinte estrutura: Educação Infantil que era ministrada no lar, a criança aprendia as regras de higiene e praticava exercícios físicos para desenvolver a área psicomotora. Dos cinco aos sete anos de idade o aluno freqüentava aulas de lições elementares, as quais consistiam em aulas de leitura, escrita e contas. Eram ministradas por um preceptor ou numa escola particular.

No Ensino Fundamental a criança freqüentava a escola em tempo integral e tinha uma programação educacional diversificada que era ministrada por professores com formação apropriada. (CAMBI, 1999).

No período da manhã o aluno era levado à escola pelo pedagogo, iniciava-se o dia letivo com exercícios físicos ministrados pelo “pai dotribos” (mestre de ginástica), nestes exercícios estavam incluídos: corrida, salto, lançamento de dardo e de disco, etc. Encerrava-se o período da manhã com um banho, natação. Já no período da tarde o aluno desenvolvia, na escola, atividades pedagógicas como leitura, escrita, elementos de cálculos e música.

O Ensino Fundamental (séries finais) e Médio destinava-se para dar continuidade ao nível anterior, dando ênfase aos estudos literários e científicos. Os estudos literários incluíam gramática, retórica e dialética. Nos estudos científicos os componentes curriculares eram os seguintes: atividades musicais e discussões literárias, estudos gerais com orientação de filósofos, Matemática, Geometria, Astronomia e exercícios físicos.

O Ensino Superior era ministrado em dois níveis, o Curso Básico e o Curso Superior. O Curso Básico era ministrado a partir dos 18 anos de idade e destinado especificamente para a formação do jovem. O Curso Superior se dividia em dois cursos, o de Retórica e o de Filosofia. Na Retórica, aprendia as regras, técnicas, os modelos, as formas de discurso, bem como as etapas da elaboração de uma peça de oratória. O Curso de Filosofia era reservado para poucos. Era ministrado em Escolas ou academias, e o requisito para o ingresso neste curso era o candidato ter concluído o Ensino Fundamental e Médio. (LARROYO, 1982).

### 1.2.3 A educação romana

Na educação romana havia a educação heróico-patricia, ela se destinava aos aristocratas que eram os proprietários rurais e militares, onde se ensinava para que a nobreza mantivesse o seu “*status*”. A grande maioria das pessoas não tinha acesso à educação formal.

A família possuía uma concepção diferente do conceito tradicional, pois na família romana se incluíam pai, mãe, filhos casados e solteiros, escravos e clientes. O pai era o que detinha todo o poder.

O sistema educacional se estruturava da seguinte forma: de zero a seis anos, a educação era dada no lar, onde se aprendia os serviços domésticos. Dos sete aos treze anos, o pai assumia o papel de educador em relação aos filhos, onde ele levava seus filhos para participarem de eventos públicos, audiências de histórias, estudavam a lei das Doze Tábuas<sup>3</sup>. Aprendia-se também a ler, escrever, contar, atividades agrícolas e físicas. Aos quinze anos de idade o jovem era educado para o exercício da cidadania e aos dezesseis anos iniciava-se sua formação militar e política.

No período republicano (509 a.C.), Roma aumentou muito o seu poder devido à ampliação da produção agrícola e comercial, por conseguinte expandiu seus domínios. Surgiram as escolas elementares, tendo seu início no século IV a.C, estas se organizaram da seguinte forma: dos sete aos doze o aluno aprendia a ler, escrever e contar. As aulas eram dadas em tendas, na entrada de templos ou em edifícios públicos, os alunos escreviam com estilete numa tabuleta coberta por uma camada de cera. Dos doze aos dezesseis anos o adolescente estudava numa Escola de Gramática e Retórica. Quanto a Escola Superior, destinava-se especificamente à classe aristocrata, preparava o jovem para atuar como cidadão na vida pública.

No período imperial que compreende 30 a.C. a 476 d.C., a educação começou aos poucos a tomar forma, exigia-se, no mínimo, instrução elementar e

---

<sup>3</sup> A Lei das Doze Tábuas, constituía uma antiga legislação que esta na origem do direito romano. Formava o cerne da Constituição da República Romana e do *mos maiorum* (antigas leis não escritas e regras de conduta). Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei das Doze Tábuas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_das_Doze_T%C3%A1buas). htm> Acesso: 21/11/2007.

curso de estenografia<sup>4</sup> para quem iria trabalhar no Senado para fazer as anotações do discurso. O Estado começou a se fazer presente mediante algumas medidas como: destinar recursos para o ensino, pagamento para os professores, estímulo para criar escolas municipais, assistência ao pobre; estabeleceram o salário a ser pago para os professores, etc.

No Ensino Superior criou-se cátedras como: Filosofia, Retórica, Matemática, Mecânica, Medicina e Direito. (LARROYO, 1982)

### 1.3 A educação na idade média

Com a queda do Império Romano e a formação dos reinos bárbaros, as escolas quase desapareceram, somente algumas funcionavam, mas de forma muito precária. Com a decadência do Império surge um grupo de pessoas que acreditavam que o corpo é o grande motivador e que ele dá ocasião ao pecado. Sendo assim, repudiavam todos os prazeres sensuais, jejuavam e dedicavam grande parte do seu tempo às orações e, para atingir a pura espiritualidade faziam uso do flagelo, eram denominados de ascetas. Com o passar do tempo, os ascetas começaram a se juntar em mosteiros. A finalidade dos mosteiros não era criar escolas, mas havia a necessidade de instruir as pessoas. Surgem, então, junto aos mosteiros as escolas monacais, onde se aprendia o latim e as humanidades. Conforme Aranha:

[...] Os mosteiros assumem o monopólio da ciência e vão se tornando o único reduto da cultura. Guardam nas suas bibliotecas os tesouros das obras gregas e latinas, traduzem obras para o latim, adaptam algumas e reinterpretam outras à luz do cristianismo. (ARANHA, 1989, p.83).

No final do século VIII, Carlos Magno, Imperador dos francos, traz para sua corte vários intelectuais com o objetivo de reformar a vida eclesiástica e o sistema de ensino, pois, na época, o ideal educacional não era o aspecto intelectual

---

<sup>4</sup> Estenografia, processo de escrita formado de sinais abreviativos convencionais que permitem transcrever as palavras quase tão rapidamente quanto são pronunciadas. Disponível em: <<http://www.kinghost.com.br/dicionário/Estenografia.html>> Acesso: 22/11/2007.

do homem, mas concentrava-se no aspecto moral da pessoa humana. É criada, então, a Escola Palatina que recebeu este nome por funcionar ao lado do palácio.

Com o crescimento das cidades, devido ao desenvolvimento do comércio, surge uma nova classe social, a burguesia, são servos libertos e que se dedicavam ao comércio. A partir do século XI, com o desenvolvimento econômico, surge uma nova classe, os banqueiros.

Diante desta nova realidade sócio-econômica, originam-se as escolas seculares. São escolas não religiosas, pois até então a educação era voltada para a instituição religiosa. Mas, com o desenvolvimento do comércio urge-se a necessidade de se aprender a ler, a escrever e a calcular.

Assim, por volta do século XII criam-se pequenas escolas nas cidades mais importantes, com professores que não eram clérigos nomeados pelas autoridades. O ensino era voltado para as coisas práticas da vida. O professor recebia seus alunos em sua própria casa, na igreja, ou na esquina da rua, ou alugava uma sala chamada de “*schola*”. (LARROYO, 1982). Apesar de ter passado tantos séculos, ainda se presencia professoras dando aulas em suas próprias casas ou em locais precários, devido a pouca importância que se dá à educação das classes menos favorecidas.

### 1.3.1 A formação dos homens de ofícios

Nas cidades, homens libertos começaram a se ocupar com diversos ofícios: alfaiate, ferreiro, tecelão, marceneiro, etc. Com o tempo, as técnicas foram se aperfeiçoando e nada era produzido sem uma regulamentação. Cada cidade determinava o material que deveria ser usado, o processo de fabricação, o preço e o horário de trabalho.

Mas, para possuir uma oficina necessitava-se provar que se era capaz de produzir seu produto. O interessado passava a viver na casa de um Mestre, onde recebia alimentação e alojamento, tudo de graça. Após um período de aprendizagem os aprendizes passavam por um exame. Começavam, então, a trabalhar por conta própria, mas para abrir seu próprio negócio era necessário pagar uma taxa. Esta taxa, com o passar do tempo, se tornou tão alta que apenas os filhos dos Mestres acabavam tendo acesso às provas de ofício, ficando excluídos os mais pobres. (PILETTI, 1997).

### 1.3.2 A formação militar

Esta formação se dava especialmente aos filhos da nobreza. Na primeira etapa, que ia dos sete aos quinze anos, o menino era enviado para um castelo, que não era o seu, onde aprendia música, poesia, jogos de salão, realizava esporte, aprendia a falar e adquirir as boas maneiras dos cortesões.

Numa segunda etapa, o jovem aprendia a montar a cavalo, manejar as armas, mas, ao mesmo tempo era dada continuidade a sua educação social.

E, aos 21 anos era sagrado cavaleiro, com uma grande cerimônia civil e religiosa. Nesta educação não havia a preocupação com a atividade intelectual, por isso muitos deles não sabiam ler nem escrever. (PILETTI, 1997). Como se pode observar este tipo de educação era oferecido para as classes dominantes.

### 1.3.3 A educação superior

A princípio, a educação superior recebeu o nome de “*Studium Generale*”, onde se podia ensinar apenas um ramo do saber, como por exemplo, Direito. No final do século XIV foi substituído pelo nome de “*Universitas*”.

Acredita-se que a primeira universidade em consagrar professores e alunos organizados por seções nas quatro divisões do conhecimento (Teologia, Medicina, Direito e Filosofia) seja a de Nápoles, 1224.

Em relação à educação superior, poucos, muito poucos eram os que a ela tinham acesso.

## 1.4 A educação nos tempos modernos

No Renascimento a educação da burguesia teve como obra básica o “*Cortesão*” (1528) de Castiglione que enfatizava a educação do cavaleiro-modelo e o ideal de formação. (PILETTI, 1997)

A educação ministrada aos alunos era diversificada, tanto em relação ao conteúdo quanto na forma de atender:

- Os filhos dos aristocratas eram educados por professores particulares nos próprios castelos.

- Os filhos dos pequenos nobres e burgueses eram educados por professores nas escolas.

Já o segmento popular não era contemplado com escolas, para eles era dada a prática da vida religiosa e a dedicação ao trabalho.

Devido à demanda escolar, foram organizados colégios a partir do século XVI. O regime escolar seguia algumas normas. As classes foram organizadas por nível de escolaridade, o sistema disciplinar era rígido, com aplicação de castigos corporais. O currículo abrangia o *“Trivium”* (Gramática, Retórica e Dialética) e o *“Quadrivium”* (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música).

A proposta do ensino leigo não se efetivou, porque a maioria dos Colégios era dirigida por ordens religiosas. Mesmo assim surgiram algumas:

- Fürtschulen, escolas destinadas à educação dos príncipes da Alemanha.
- A Casa Giocosa, criada por Vittorino da Feltre (1373 – 1446) cujo lema era: *“Vinde, meninos, aqui se ensina, não se atormenta”*. O currículo da escola incluía matérias (Cultura Humanística Greco-Romana) e atividades (Equitação, Natação, Música, Canto, Pintura e Jogos em Geral). (LARROYO, 1982).

No século XVI surgiram as academias científicas com destaque para: Academia Francesa em 1535, dedicada aos estudos das letras e Academia de Sagres fundada em 1474 por Infante D. Henrique, esta se dedicava aos estudos da Navegação e da Astronomia.

Surge uma proposta no século XVI de implantação da instrução universal. A idéia surge por parte de Lutero e Melanchthon. Conscientes da importância da alfabetização como uma forma de divulgar a Reforma, trabalharam para a implantação de Ensino Primário Público para toda a população da Alemanha.

Porém, persiste a distinção das classes, para os trabalhadores se destinava um tipo de educação, a elementar (primária), e para as camadas privilegiadas o ensino médio e superior.

A reação Católica ao Protestantismo incentivou a atuação das ordens religiosas. Nesta tarefa destacou-se a Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola em Paris e reconhecida pelo Papa Paulo III, em 1540.

Com o desenvolvimento da economia capitalista no século XVII, necessitava-se de mão-de-obra mais qualificada. Foi neste contexto que se juntaram esforços para a institucionalização da escola.

Um dos defensores da educação popular e fundador de várias escolas gratuitas para crianças pobres foi Charles Demia.

Mas o maior precursor teórico da educação popular é o morávio João Amós Comênio, autor da Didática Magna, que possui como subtítulo: “*Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*” onde expressa o ideal da educação democrática, na qual todos deveriam ter acesso, independente se fossem homens ou mulheres, ricos ou pobres. (PILETTI, 1997).

De acordo com Piletti, a organização escolar contida na Didática Magna apresentava a seguinte estrutura:

Em relação à organização escolar, Comenius fez uma proposta que só seria posta em prática dois séculos depois: trata-se da escola da infância ou escola maternal. Depois desta, viria a escola vernácula, uma espécie de substituição do ginásio para aqueles que não pudessem prosseguir os estudos em nível superior. Depois, vinha a escola latina – o verdadeiro ginásio -, que era seguida pela universidade. Como continuação desta, Comenius propunha o Colégio da Luz, uma instituição dedicada ao estudo científico de todo e qualquer assunto. (PILETTI, 1997, p. 80).

Apesar de alguns avanços conquistados na educação, esta foi controlada pela igreja durante a Idade Média e a Idade Moderna.

De acordo com Piletti:

Durante toda a Idade Média a educação foi controlada pela Igreja e tinha como principal finalidade educar o indivíduo segundo os ensinamentos das Sagradas Escrituras, interpretados pelas autoridades eclesiásticas. E durante a idade Moderna a religião não deixou de exercer sua influência quase exclusiva sobre a educação. (PILETTI, 1997, p. 75).

## **1.5 A educação na Idade Contemporânea**

### **1.5.1. Fatos que caracterizaram o final do século XVII e percorreu todo o século XIX**

Foram enormes e marcantes os fatos que caracterizaram este período: a substituição da produção artesanal pela indústria, que trouxe como consequência a Revolução Industrial; a implantação de novas tecnologias de produção que acabaram provocando alterações na economia e nas relações comerciais; o advento das máquinas; introdução de novas técnicas na agricultura; revolução nos

transportes; descobertas e usos de novas fontes de energia (eletricidade e petróleo); exploração do trabalhador com uma carga horária de 12h a 14h diárias de trabalho, bem como a inclusão da mão-de-obra feminina e infantil; e o surgimento de um novo sistema de produção, o Capitalismo.

### 1.5.2 Mudanças na educação

Até o final do século XVIII a escola era privilégio do clero, dos nobres, dos burgueses ricos. A classe menos favorecida (lavradores, operários e pobres) não tinha acesso à educação escolar.

Conforme Piletti:

A escola que educava os filhos dos nobres e os futuros membros do clero era uma escola voltada para o passado, para a conservação da ordem vigente, que fornecia privilégios às classes dominantes. Dava muita importância à moral e à religião, ao domínio da palavra, ao latim e a outros símbolos da tradição que se queria preservar. Dessa forma o conhecimento científico, que produzia mudanças, era relegado a um segundo plano. (PILETTI, 1997, p. 97,98).

No entanto, a burguesia se encontrava diante de uma encruzilhada. A industrialização exigia cada vez mais uma mão-de-obra qualificada. Diante das transformações, a escola é obrigada a se modernizar.

Começaram a surgir, ao lado das escolas dos ricos, as escolas dos pobres. Enquanto que para os filhos da elite era reservada uma educação humanística, que dava acesso ao ginásio e ao ensino superior, para as massas reservava-se uma educação primária, elementar, restrita à instrução, com o objetivo de que o aprendiz aprendesse a ler, escrever e contar, habilidades indispensáveis para o manejo das máquinas.

Lentamente, o sistema de duas escolas separadas, uma para a classe dominante (ricos) e a outra para classe menos favorecida (pobres), é substituído por um único sistema. Tanto os ricos como os pobres começaram a freqüentar a mesma escola. O que se verifica? Que no decorrer do período escolar, os melhores vão sendo selecionados, e os melhores sempre são os filhos da burguesia.

Somente a partir dos ideais da Revolução Francesa e da democracia americana é que a escola passou a ser compreendida como uma instituição

importante, não apenas para os filhos das camadas privilegiadas, como também para os filhos das camadas menos favorecidas. E de lá para cá muitas coisas mudaram. Pode-se dizer que a partir desse movimento inicia-se a longa luta para transformar uma escola que era para poucos em escola para todos.

## 1.6 A educação no Brasil

No Brasil, desde o período colonial prevaleceu uma educação elitista dos padres da Companhia de Jesus (1549 – 1759). Os Jesuítas enfatizaram os seus trabalhos em catequizar os índios. De acordo com Piletti:

Os Jesuítas logo compreenderam que não seria possível converter os índios à fé católica sem, ao mesmo tempo, ensinar-lhes a leitura e a escrita. Por isso, ao lado da catequese, organizavam nas aldeias escolas de ler e escrever, nas quais também se transmitiam o idioma e os costumes de Portugal. (PILETTI, 1997, p. 135).

A partir de então os Jesuítas fundaram várias escolas de ler e escrever; enfatizando a escola secundária, que era destinada para os filhos dos colonos. Além das aulas elementares, ofereciam três cursos: de Letras, de Filosofia e de Ciências que eram considerados de nível secundário, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas eram considerados de nível superior.

Nesta época, há um descaso muito grande com a educação pública, alguns autores defendem que este fato se deve em razão de ter sido um período agrário, o que não exigia e nem necessitava da mão-de-obra qualificada.

Após a expulsão dos Jesuítas, em 1759, o Marquês de Pombal inicia uma organização de ensino público, mas, quase nada se consegue devido a herança da educacional jesuítica.

Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, a ênfase é dada na criação de escolas de nível superior. No entanto, devido à herança colonial, ao legado jesuítico, ao descaso para com escolarização das massas, entre outros motivos, o Brasil possui um desenvolvimento tardio no que se refere à educação.

Somente a partir do século XX é que a escola vivência um momento de expansão. Após a Primeira Guerra Mundial inicia-se o processo de Industrialização e urbanização no país, muda-se a economia que até então era

predominantemente agrário-exportadora, para urbano industrial, aumentando assim a demanda de escolarização. Entretanto, a escola não consegue atender a demanda e entra em crise. Inicia-se neste momento, mais especificamente por volta de 1920 e 1930, reformas na educação, pois com os Jesuítas, os primeiros educadores do Brasil, houve muito improviso na educação, e a oferta de matrícula era precária. No início do século XX as escolas que existiam sobreviviam à custa de iniciativas isoladas, onde muitas instituições públicas funcionavam nas casas de professores.

Existiam, nesta época, escolas privadas, mas como acontece na atualidade eram destinadas às crianças e jovens que possuíam condições de arcar com os custos.

#### 1.6.1 A educação durante o império (1822 – 1889)

Durante o período Imperial muito pouco se fez em relação ao ensino primário. Em 1823 criou-se no Rio de Janeiro uma escola onde haveria somente um professor e, para cada grupo de dez alunos teria um aluno menos ignorante que ensinaria os demais.

Por que havia tanto descaso com a educação elementar durante o período imperial brasileiro? De acordo com Piletti:

O ensino primário era pouco difundido... os orçamentos provinciais eram escassos, os escravos eram proibidos de freqüentar a escola, o curso primário nem era exigido para o ingresso no secundário. (PILETTI, 1997, p. 147).

No que se refere ao ensino técnico-profissional, ele foi marginalizado. O ensino secundário também ficou à mercê da marginalização, pois a freqüência no ensino secundário não dava ingresso para o ensino superior, era necessário somente comprovar determinada idade e ser aprovado nos exames. O único Colégio que dava acesso para o Ensino Superior era o Colégio de Pedro II.

No ensino superior havia algumas escolas isoladas (Faculdade de Direito de São Paulo e Recife; de Medicina no Rio de Janeiro e Salvador e a Escola de Engenharia no Rio de Janeiro).

#### 1.6.2 Mudanças na educação a partir do século XX

Uma mudança marcante nesse período é o crescimento das cidades. O processo de urbanização, o surgimento das indústrias e outros fatores têm efeito direto sobre a educação.

Reformas educacionais começam a surgir em vários estados, tais como: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Ceará. E, por trás destes movimentos estão educadores que marcaram a história com as suas idéias educacionais em nosso país, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Loureço Filho. Em 1932, divulga-se o Manifesto dos Pioneiros, este defende a idéia de uma educação pública gratuita e laica para todos os cidadãos brasileiros.

Cada escola seja qual for o seu gráo, dos jardins às universidades, deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alumnos. Estimulando as iniciativas dos Paes em favor da educação; constituindo sociedades de ex-alumnos que mantenham relação constante com as escolas; utilizando, em seu proveito, os valiosos e múltiplos elementos materiais e espirituas da collectividade e despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os Paes, os professores, a imprensa e todas as demais instituições directamente interesadas na obra da educação (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, in: GHIRALDELLI Jr., 1990, p. 74-75).

A Constituição de 1934 incorpora algumas idéias do Manifesto dos Pioneiros como a que estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, mas, somente em 1961 é que o Brasil aprova a sua primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, Lei 4.024/61). Foi a primeira legislação em termos nacionais que estruturou a educação desde o Ensino Infantil até o Superior. Muitos educadores e outros setores da sociedade (órgãos da imprensa, sindicatos, etc.) se empenharam para que todos tivessem direito à educação, mas para isso seria necessário aumentar o número de escolas públicas e gratuitas. Houve também vários grupos que se interessaram pela conscientização política dos menos favorecidos, dentre os quais se destacou o Movimento de Cultura Popular (MCP) desenvolvido no Recife, sob a liderança de Paulo Freire, movimento este que inovou o método de alfabetização.

Com o golpe militar de 1964, extinguiram-se esses movimentos, bem como paralisaram-se as demais atividades.

De acordo com Piletti:

A partir de 1964, a educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados – alunos, professores e outros setores da sociedade. Os resultados são os que vemos em quase todas as escolas: elevados índices de repetência e evasão escolar, escolas com deficiência de recursos materiais e humanos, professores pessimamente remunerados e sem motivação para trabalhar, elevadas taxas de analfabetismo. (PILETTI, 1997, p. 200).

Neste período várias escolas foram invadidas pela polícia, muitos professores e estudantes foram presos, outros exilados e todas as escolas foram vigiadas por agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI). Com a instauração do regime autoritário, novas leis passam a definir a organização escolar, desde a educação elementar e média (Lei 5692/71) à universidade (Lei 5.540/68). A partir da Lei 5.692/71 amplia-se a escolaridade obrigatória de quatro anos para oito anos e propõe-se a profissionalização.

Na década de 1970 aconteceu a privatização do ensino, afastando da escola aqueles que não tinham condições de pagar, bem como transformou a escola particular em empresa rentável.

Gadotti afirma que:

A década de 80 foi para a América latina, no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento, uma década perdida. Só ganhamos com a volta à democracia. Todavia, uma democracia frágil, com enorme dívida externa, uma crise fiscal profunda, massivo desemprego e crise social. (GADOTTI, 1992, p. 113).

Apesar de ser chamada “*década perdida*” o Brasil conseguiu alguns avanços no que diz respeito às condições de acesso e freqüência à escola.

Com a aprovação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, temos nela apresentado que a educação é direito de todos, sendo dever do estado e da família; verbas foram estipuladas, como, 18% do Produto Interno Bruto (PIB) do Governo Federal e 25% das arrecadações dos estados, e municípios, deveriam obrigatoriamente serem repassadas à educação.

Os princípios que tangem a Constituição de 1988 são a igualdade, a liberdade, o pluralismo, a gratuidade, a valorização do educador, uma gestão democrática e um ensino de qualidade.

Segundo o artigo 206 da Constituição:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais de ensino (...);
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade”. (PILETTI, 1997, p. 219).

Com a nova Constituição, educadores e outros segmentos da educação se mobilizaram para oferecer uma nova proposta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 20 de dezembro de 1996 (Lei 9394/96).

A LDB de 1996 é a primeira das leis educacionais em estabelecer atribuições para os estabelecimentos de ensino, conforme seu artigo 12:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu papel e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidas;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – prover meios para a recuperação de alunos de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (LDB, 9394/96, art.12).

## Capítulo 2

### 2 A ESCOLA INCLUSIVA

*“Quando se trata de escolher um doce de um balcão, a maioria de nossos amigos aplicam corretamente o processo de inclusão, no lugar de exclusão. Veja tudo e todas as coisas como um balcão de doces onde você apenas precisa fazer sua escolha – está feito”*

*Abraham.*

Nunca se falou tanto em educação inclusiva como nos dias atuais. Mas, o que se entende por educação inclusiva? Quando se fala em incluir alguém ou grupo, vêm à tona vários conceitos que estão ligados a ela.

“Incluir” pressupõe pensar sobre deficiência, diferença, inclusão, exclusão e tantos outros termos que surgem na mente quando se é solicitado para agir em relação a essa questão.

Inclusão ou exclusão escolar são expressões que não se constituem no vazio de uma forma isolada, mas na realidade carregam em seu íntimo toda uma estrutura de relações sociais e de poder que determinam o seu significado, estes significados podem ser diferentes dependendo das referências, das experiências e das concepções de cada grupo social ou de cada indivíduo.

Portanto, não se tem clareza sobre o tipo de educação inclusiva que se está propondo e exercitando nas escolas, pois cada indivíduo ou grupo social vai determinar sua visão sobre o conceito de inclusão, isto pode trazer uma distorção ou incompreensão sobre as expressões. (SILVA, 2000).

A necessidade de se desenvolver uma educação/escola inclusiva tornou-se um discurso quase que consensual por parte dos educadores a partir da década de 1990.

O que se fez para que este discurso se tornasse importante para a educação e para a sociedade? A resposta encontra-se nas “lutas” e conquistas da sociedade civil por seus direitos sociais, conseqüência de um descontentamento procedente pela discriminação e a exclusão de inúmeros grupos, como os negros,

os homossexuais, os indígenas, as classes menos favorecidas, aos portadores de “deficiências”. (CANEN & MOREIRA, 2001).

## 2.1 O que é inclusão?

A inclusão escolar não pode ser confundida como caridade, como assistencialismo. Ela se constitui num direito de todos.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (DECLARAÇÃO de SALAMANCA, 1994, p.5).

Escola inclusiva não exclui nenhum de seus alunos ou crianças ou jovens em razão de qualquer atributo individual do tipo: gênero (sexo), cor (etnias), deficiência (física, mental, visual, auditiva ou múltipla), classe social (situação econômica), condições de saúde e outros. Numa escola inclusiva todos os alunos estudam juntos.

A inclusão escolar tem como compromisso principal a formação da cidadania a partir de uma escola pública de qualidade para todos os alunos, independentemente de que classe social ele faça parte.

Incluir significa uma implantação total e incondicional do ser humano como um todo. Para tanto, é necessário uma ruptura de paradigmas nos conceitos e preconceitos existentes na escola (ideológicas, pedagógicas, filosóficas e estruturais) bem como nos educadores. (Werneck, 1997).

A inclusão é sobre cada aspecto do trabalho na escola. É sobre cada lição. É sobre cada aula de ciências. É sobre crianças juntas em um playground. É sobre como as pessoas se comportam em um encontro de trabalho e como professores trabalham juntos. É sobre o que acontece quando os pais vêm à escola pela primeira vez. É sobre a tessitura de novos olhares. É sobre se esta construção é acessível ou não para crianças e adultos com deficiências. É sobre cada um dos aspectos de nossas vidas... Não é algo que você faz separado quando você vai para o trabalho – é sobre viver e sobre sua vida e como você quer que as crianças nas escolas vivam as suas vidas, aprendendo juntas. (BOOTH & BLACK – HAWKINS, 2001).

De acordo com Booth e Black – Hawkins (2001) inclusão escolar significa: diminuir as formas de exclusão, desenvolver em todos a aprendizagem e a participação; desenvolver na escola currículos, políticas e práticas que levem em conta a diversidade de todos os alunos; criar um ambiente inclusivo na escola, para toda a comunidade escolar; considerar que a diversidade é um recurso enriquecedor para o favorecimento da aprendizagem de todos. A inclusão na educação é somente uma das facetas da inclusão na sociedade.

## **2.2 O que é exclusão?**

A história da educação da humanidade, conforme foi apresentada brevemente no Capítulo 1 deste trabalho, evidencia que as classes menos favorecidas foram excluídas ao longo dos tempos. A exclusão acontece em todos os grupos, sejam eles de portadores de necessidades educacionais especiais, raciais, étnicos, religiosos, culturais e outros, promovendo a desigualdade e a injustiça social.

A palavra excluir conforme o Novo Dicionário de Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira significa: eliminar, expulsar, despojar, discriminar, negar direitos. É condenar ao insucesso certos indivíduos apenas por serem diferentes daquilo que se julga como o “ideal”, o “correto”, o “perfeito”, o “adequado”, o “normal”. Como alguém que vem das classes menos favorecidas poderá se enquadrar nos padrões “normais” da escola, e ser visto como o “perfeito”, se a escola foi idealizada para os filhos das classes favorecidas?

As noções de “normalidade” e de diferença são resultantes das relações sociais e dos discursos da sociedade. Estas criações se manifestam numa relação de poder onde se busca classificar, marcar a posição do sujeito na sociedade, diferenciando entre o “normal” e o “anormal”. Silva afirma que:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. (SILVA, 2000, p. 83).

Partindo da idéia de que as diferenças não constituem em falhas e sim na realidade em que se caracteriza o contexto da multiplicidade humana, torna-se mais do que nunca uma necessidade educacional a prática inclusiva. A exclusão gera efeitos terríveis, afeta a auto-estima, a identidade fazendo com que o indivíduo excluído se sinta de menos valia. Muitas crianças das classes menos favorecidas, pelo fato de serem excluídas, se sentem incapazes de aprender e transferem a culpa do seu fracasso somente para elas. Ao mesmo tempo, a exclusão produz efeitos sociais, econômicos, culturais e políticos reafirmando as desigualdades e as injustiças sociais. (CARVALHO, 2003).

### **2.3 Benefícios de uma educação inclusiva**

De acordo com Stainback e Stainback (1999), uma Educação Inclusiva traz vários benefícios se a escola trabalhar corretamente, para isso depende do trabalho em conjunto de toda a comunidade escolar (gestores, professores, alunos, equipe pedagógica, pais e comunidade) e a sociedade como um todo. Haverá benefícios para os alunos quando escolas inclusivas nas quais as crianças convivam diariamente com todas as formas diferentes e sendo tratadas como parte da diversidade em que se compõe a sociedade, tende-se a desenvolver nos alunos atitudes positivas, favorecendo-os a reconhecer e aceitar a participação social desses grupos ou indivíduos. Bem como propicia a diminuição de preconceitos, criando laços de respeito, cooperação e confiança, preparando o sujeito a questionar as desigualdades existentes na sociedade. Dessa forma, se estará formando cidadãos críticos e participativos, contribuindo para minimizar os efeitos da exclusão. Os benefícios aos professores incidem diretamente sobre a sua atuação pessoal e profissional. O docente que possui uma visão diferenciada, ou seja, que sabe que em sua sala encontra-se uma diversidade, tem a oportunidade de ampliar a sua visão e sua atuação. Havendo uma postura assim, os resultados serão excelentes na vida deste profissional.

O convívio com as diferenças exige do profissional/educador uma sensibilidade, uma abertura, uma reflexão, uma aceitação e um redimensionamento da sua prática educativa, pois com as diferenças também se enriquece uma sala de aula.

A Escola Inclusiva, contribui para a divulgação de valores importantes para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. De acordo com Werneck (1997) é necessário impedir que o preconceito se instale. E, ainda, conforme este autor, para se construir uma sociedade menos preconceituosa e menos desigual é necessário questionar o preconceito desde a infância, para que outros valores se instalem tais como: respeito e cooperação. E, para esta tarefa, a escola inclusiva adquire papel muito importante. (WERNECK, 1997).

## **2.4 Fundamentação legal para uma proposta inclusiva**

Para amparar o processo legal de educação inclusiva, foram criadas leis, referências exclusivas para os portadores de necessidades especiais. Conforme Carvalho (2003, p. 107), isto se deve porque “[...] as reflexões sobre a inclusão, com essa denominação, foram desencadeadas pelos grupos ligados à educação especial”. Isto não quer dizer que outros grupos, como as crianças provindas das classes menos favorecidas, não disponham de relevância no contexto escolar. Na realidade, a questão da exclusão acontece em todas as esferas da educação básica.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) bem como a Declaração de Salamanca (1994) auxiliaram o Brasil a desenvolver uma educação inclusiva. As duas declarações objetivam universalizar o acesso e a permanência dos alunos portadores de necessidades especiais na educação, buscando promover a equidade para que os indivíduos tenham prioridade nas políticas educacionais. (CARVALHO, 2003).

A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. (Declaração Mundial de Educação para Todos, 1990).

De acordo com a Declaração de Salamanca:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas,

étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos “desvantajados” ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto, durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças “bem-sucedidamente”, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. (Declaração de Salamanca, 1994).

Ao se analisar a história educacional brasileira apresentada no Capítulo 1, verifica-se a construção de uma política inclusiva a partir da Constituição Federal de 1988.

O Brasil já avançou muito no que se refere à legalização da prática inclusiva, o que não avançou é na prática educacional. Onde reside o problema? Será que está na falta de clareza da legislação?

Conforme a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, declara que a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família”, e como tal deve ser propagada independente de sua origem, classe social, cultura, religião, raça, etc.

O artigo 2º e 3º da Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional (9394/96) apresenta os princípios e os fins da educação nacional, no qual está escrito que a educação é dever do Estado e da família e que o indivíduo seja preparado para exercer a sua cidadania e sua qualificação para o trabalho. O artigo 3º, Inciso I, declara: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

A lei é clara quanto ao acesso, qualidade e permanência na escola. É necessário, portanto, uma flexibilização das práticas pedagógicas e dos currículos, estes devem ser “adequados às condições dos discentes, respeitando seu caminhar próprio e favorecendo o seu progresso escolar.” (BRASIL/MEC, 2001, p. 33). Os currículos devem favorecer a todos à aquisição de conhecimentos e a capacidade crítica/reflexiva.

Para a escola atender da melhor forma as necessidades educacionais de seus alunos, deve realizar um diagnóstico da realidade a ser trabalhada.

O desafio da missão de cada escola, de cada comunidade escolar é promover o pleno desenvolvimento do educando para que ele se torne um ser humano equilibrado, consciente, completo e feliz.

É preciso construir uma escola onde todos sejam acolhidos e tenham sucesso. (PENIN, 2004).

## CAPÍTULO 3

### 3 A ESCOLA, UMA INSTITUIÇÃO EXCLUDENTE

*“Aprende que não importa o quanto você se importe, algumas pessoas simplesmente não se importam”.*

*William Shakespeare.*

[...] o indivíduo é analfabeto porque é pobre, e a pobreza o mantém analfabeto... a situação subalterna em que ele se coloca e é colocada numa sociedade toda ela organizada e programada para pessoas que sabe ler e escrever... Ter de pedir ajuda para pegar um ônibus... ir a um banco... ler uma carta recebida de parentes é sempre uma situação vexatória... “Mas você não sabe ler?” A vida de um analfabeto é uma interminável caminhada de vergonhamento, de exclusão social. (TOMAZI, 1997, p. 66 e 67).

O sistema escolar no sistema capitalista sempre foi de forma desigual. Até o século XX a escola atendia basicamente aos filhos da classe dominante e média. Os filhos dos trabalhadores tinham acesso apenas às escolas das igrejas, ou as escolas no interior das fábricas, quase sempre eram excluídos.

No início do século XX, relacionada à pressão dos trabalhadores e à necessidade de mão-de-obra qualificada, inicia-se o acesso às escolas fundamentais dos filhos dos trabalhadores ou da classe menos favorecida, tendo em vista que a qualidade de ensino era inferior em relação ao ensino oferecido às classes abastadas (dominantes e médias). (TOMAZI, 1997).

Havia também desigualdade no ensino médio, os filhos dos trabalhadores eram qualificados para o trabalho industrial, enquanto os filhos da classe dominante eram preparados para o ensino superior, com objetivo de ocupar cargos de gerência e administração. No entanto, os trabalhadores reivindicavam uma escola que fosse igual para todos. Apesar do muito que já foi realizado na educação, a desigualdade continua, a escola continua excluindo, pois está a serviço da classe dominante.

#### 3.1 A seletividade do sistema escolar

As desigualdades educacionais no Brasil sempre foram gritantes no que diz respeito ao acesso à escola:

Entretanto, a partir da década de 1950, com a industrialização crescente e a necessidade de uma força de trabalho mais

qualificada, e devido às pressões da população, que queria ter acesso à escola, o sistema escolar se expandiu consideravelmente, incorporando, hoje, cerca de 90% da totalidade da população em idade escolar. (TOMAZI, 1997, p. 68)

Em pleno século XXI ainda falta espaço físico para aqueles que querem cursar o primeiro grau. Conforme reportagem apresentada no Fantástico (11/11/2007) existem várias cidades no Brasil que não possuem escolas para seus alunos, estes se reúnem em casas da professora ou em ambientes improvisados, em condições precárias.

Algum tempo atrás (1930 - 1940) a escola de qualidade, mesmo a pública, era privilégio somente da classe dominante. Tomazi afirma que:

[...] com a “invasão dos pobres” e a proliferação de escolas, diminuiu-se o investimento na formação dos professores e em equipamentos, e, portanto na qualidade de ensino, ocorrendo um rebaixamento principalmente no ensino público. (TOMAZI, 1997, p. 69)

A desigualdade no rendimento escolar se deve principalmente às condições sociais e econômicas, às desigualdades sociais em que vivem os alunos, à falta de equipamentos, escolas em péssimas condições, à falta de capacitação dos professores e tantos outros motivos. De acordo com Tomazi, (1997, p. 70) “A estrutura pedagógica das escolas, ou seja, a própria escola cria um sistema de exclusão, a chamada pedagogia da repetência e reprovação”.

O excesso de repetência como também os altos índices de evasão escolar, tornam o sistema educacional/escolar um caminho tortuoso e lento. Dentro das instituições escolares se encontram os profissionais da educação que reforçam esta situação.

[...]nos professores que ministram aulas para alunos imaginários, em processos pedagógicos que homogeneizam os alunos, anulando as diferenças reais existentes: em práticas pedagógicas autoritárias. (TOMAZI, 1997, p. 71)

A má formação dos profissionais e os baixos salários inviabilizam a profissionalização desejada. Os desafios para uma educação de qualidade vêm do passado e se faz presente nos dias atuais. Superá-los é sanar um problema histórico.

### 3.2 As crianças menos favorecidas são as que fracassam

Uns afirmam que muitas crianças pobres reprovam porque trabalham fora para auxiliar no sustento da casa, sabe-se que esta situação se faz presente na vida das famílias menos favorecidas. Outros, no entanto, afirmam que as crianças vão para escola somente para comer e não estão interessadas em aprender. Como estariam interessadas se a aprendizagem não lhes é significativa? A escola não pode se tornar uma instituição assistencialista, mas diante dos fatos de que muitas crianças passam fome é preferível dar-lhes a alimentação, sanando a dor da fome e mantendo-a na escola. (TOMAZI, 1997).

O fato é que as crianças provenientes das camadas populares é que fracassam na escola, no entanto, essas crianças constituem a grande maioria da população do Brasil e são elas que mais precisam da escola.

A maioria das crianças que provêm das classes menos favorecidas é excluída da escola, sem ter aprendido nada de útil para sua vida e para seu trabalho, pois para o trabalho manual/braçal que irão exercer não é necessário muito conhecimento.

Ao saírem da escola levam consigo a marca e a humilhação do fracasso, e saem convencidas de que fracassaram porque são menos dotadas, menos inteligentes. (ABRAMOWICZ, 1997)

Um dos problemas está na elaboração dos currículos, pois são planejados partindo do pressuposto de que a criança já domina certos conceitos que são pré-requisitos para a aprendizagem. Estes currículos vão ao encontro das necessidades daquela criança que na família tem acesso a esses conceitos, mas não atende as necessidades daquelas crianças que vivem em ambientes que não favorecem estes pré-requisitos.

[...] as crianças das camadas populares são colocadas em condições de instrução menos exigentes, em classes especiais; os conteúdos são reduzidos ao mínimo, o currículo é adaptado às suas "condições". (ABRAMOWICZ e MOLL, 1997, p. 19)

É necessário acontecer uma mudança nas propostas e orientações curriculares, na metodologia do professor, na escola conhecer quais são as características de sua clientela. E, muito mais, uma mudança no sistema escolar,

para que seja um trabalho elaborado em conjunto e não mais da forma que vem acontecendo, onde uns planejam, outros elaboram e outros executam.

É preocupante que durante décadas se analisam os índices de reprovação e de fracasso como uma doença sem cura. Parece que esse problema é algo externo ao processo de ensino e de sua organização. Será que este problema foge da competência profissional pedagógica?

### 3.3 Cultura escolar

Criar e recriar cultura é próprio do homem, distinguindo-o dos outros animais. Assim fazem parte da cultura, por exemplo, os instrumentos de trabalho, as roupas, as casas, as plantações. Mas a cultura não se limita aos objetos. Também os costumes, a religião, a arte, as festas, os sistemas filosóficos, os conhecimentos técnicos e científicos são elementos da cultura. (PILETTI, 1990, p. 24).

A escola é uma instituição organizada e pautada em valores que criam novos conhecimentos e culturas. A cultura existente dentro da escola é a de que crianças provenientes de classes menos favorecidas não serão capazes de acompanhar o conteúdo, terão problemas de aprendizagem.

Abramowicz e Moll afirmam que:

Chegam à escola defasados, com baixo capital cultural, sem habilidades mínimas, sem interesse... chegam à escola reprováveis. Pesquisas já têm mostrado que a cultura escolar os estigmatiza e os rotula como diferentes, incapazes, inferiores, menos dotados para o domínio das habilidades pretendidas e exigidas pelo processo de ensino-aprendizagem. (ABRAMOWICZ e MOLL, 1997, p. 18).

Mesmo carregando uma cultura escolar excludente, ainda assim, muitas crianças não desistem da escola, tentam se enquadrar no modelo, desejam se tornar igual ao padrão para afirmar sua potencialidade. Porém, a escola não valoriza o que elas são e o que trazem. Não são ajudadas a ampliar seus conhecimentos, são sim impedidas de usufruir seus direitos, uma educação de qualidade.

O que se deve focalizar é que o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes contribui para que a escola se transforme numa comunidade de aprendizagem.

## CAPÍTULO 4

### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

*“... o analista de discurso tem que considerar o contexto no qual o discurso ocorre”.*

*Browm e Yule.*

Do total dos questionários distribuídos (ao todo foram distribuídos 16 questionários) 50% retornaram. Estes questionários foram distribuídos para profissionais que atuam na rede pública e particular de Ensino do Município de Bauru-SP e do Município de Agudos-SP. Com base nos dados coletados, foram levantados alguns pontos importantes que serão apresentados a seguir.

Na questão de nº 1 quando perguntado há *quanto tempo atua como professor*, as respostas quanto ao período de atuação dos profissionais foram as mais variadas, ou seja, alguns responderam dezessete anos, outros responderam quinze anos, outros ainda responderam treze anos, dez anos, sete anos, três anos e, por fim, um ano.

Relacionada à questão nº 2 *em que tipo de escola trabalha, particular ou pública*, dois profissionais atuam na rede pública, três na rede particular e três atuam tanto na rede pública como na particular.

Quanto à pergunta de nº 3 questionou-se *sobre que grupos sociais se fazem presentes no corpo discente na escola onde atua*. Os profissionais que atuam na rede pública responderam que são alunos pobres e alunos com necessidades especiais. Os profissionais que atuam na rede particular responderam que o grupo social mais presente no local onde trabalham são os ricos (classe média e classe média alta) e crianças com necessidades educacionais especiais. Confirmou-se nesta questão os dados bibliográficos levantados durante a pesquisa, dos quais ressaltam que quem frequenta a escola pública são os filhos das camadas menos privilegiadas e na particular, pois em nenhuma resposta dos profissionais que atuam na rede particular os filhos das camadas mais abastadas.

Referente à questão de nº 4 quando se pediu para *comentar qual a relação que existe entre os grupos sociais na escola onde trabalham*, os profissionais responderam que os grupos se relacionam bem, no entanto, às vezes, ocorrem conflitos que são superados. Em dois questionários apresentou-se a palavra preconceito, dizendo que o mesmo existe em relação ao outro. Referente ainda à questão quatro, o profissional deveria dar a sua opinião sobre quais os

grupos que em sua escola são os excluídos. Várias foram as respostas dizendo que os excluídos são: crianças tímidas, crianças da zona rural, crianças que não sabem ler e nem escrever, crianças negras, crianças com necessidades educacionais especiais, crianças pobres e crianças com problemas de relacionamento.

Relacionada à questão nº 5 *quais os problemas mais freqüentes, no que diz respeito à inclusão/exclusão escolar*, os problemas apresentados foram: a falta de profissionais capacitados, locais adaptados para atender as necessidades educacionais de cada aluno, criança com pouca auto-estima, falta de apoio para o professor e para o aluno, direção não sabe lidar com os comportamentos inadequados dos alunos, a falta de recursos, entre outros.

Diante das respostas obtidas nos questionários verificou-se que os grupos excluídos são as crianças provenientes das classes menos favorecidas e estudam nas escolas públicas. Enquanto que nas escolas particulares estudam somente os filhos das classes média e alta. Esta realidade vem comprovar ainda mais os capítulos anteriores apresentados neste trabalho. E, conforme a resposta de uma educadora que atua a treze anos na rede pública, ela afirma que um dos problemas detectados em sua escola é que “muitos não sabem ler, escrever e nem resolver as quatro operações”. Esta afirmação vem comprovar que a qualidade da educação pública está seriamente comprometida. Esta mesma educadora deixou registrado algo que julga ser relevante e que o questionário não havia abordado com a seguinte frase: “A sociedade fecha os olhos para os reais problemas da educação, da aprendizagem, tudo hoje é “mapeado” conforme o governo quer”. Outra educadora questiona: “o que poderia ser feito para melhorar o aprendizado e o rendimento escolar desses alunos menos favorecidos?”. Esta pergunta se faz há muito tempo, e pouca mudança se verifica na educação, mas não se pode esquecer de que muitos educadores comprometidos com a educação fizeram a diferença na educação brasileira, mas muito ainda precisa ser feito para que ela se torne uma educação de qualidade. Talvez uma das professoras que responderam o questionário tenha razão em afirmar que “a pobreza aniquila o ser humano”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente vive-se diante de uma sociedade na qual ocorrem mudanças profundas devido aos avanços da tecnologia e dos novos meios de comunicação.

Os conhecimentos sistematizados não estão mais centrados somente nas bibliotecas e nas salas de aula, mas circulam pelos meios de comunicação (rádio, televisão, Internet, etc.). Alguns autores nomearam a atual sociedade, como a sociedade do conhecimento, e esta clama por uma nova escola, onde se tenha um novo jeito de ensinar e de aprender. (PENIN, 2001). Portanto, é necessário reformar o ensino brasileiro em todos os seus níveis. Atualmente um dos grandes problemas enfrentados pela escola não é mais o direito ao acesso escolar, mas garantir a permanência dos alunos dentro da escola e o seu maior desafio é garantir o êxito da aprendizagem.

Surge a necessidade de a escola repensar a sua organização e tudo que a impede de desenvolver o seu papel que é ensinar e preparar bem os indivíduos para que tenham condições de exercer a cidadania e o trabalho. Pois ela continua sendo o acesso ao mundo do conhecimento para muitos da população, especialmente da classe menos favorecida.

Recriar o modelo educativo atual implica, primeiramente, decidir o que ensinar aos alunos e como se ensinar, para que cresçam e se desenvolvam como seres éticos, justos, agentes de transformação, para que tenham condições de mudar o mundo, de torná-lo mais humano.

Escola de qualidade entende-se como um espaço educativo de construção de personalidades humanas autônomas e críticas, uma escola onde todos aprendam a ser pessoas. Deve ser vista como uma organização constituída socialmente, onde o trabalho seja organizado de forma cooperativa e responsável. Criar parceria com outras instituições, incorporar tecnologias na aprendizagem, estimular a aprendizagem tendo em vista que os indivíduos são diferentes, e o que se pretende ensinar seja significativo. São fatores fundamentais para a mudança.

É necessário que os alunos aprendam na escola a valorizar as diferenças por meio da convivência, pelo exemplo dos educadores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, para que não haja um clima de competição, mas que

seja um ambiente solidário, participativo, colaborativo para que ninguém seja excluído.

Portanto, faz-se necessário repensar o papel da escola, a prática pedagógica, tendo como eixos norteadores a ética, a justiça e os direitos humanos, para que se vença a exclusão existente na sociedade. Valorizando a capacidade de cada criança, para que ela consiga vencer os obstáculos escolares, é dever do estado apoiá-la na remoção de barreiras que a impeçam de aprender.

Enfim, que toda comunidade escolar torne como uma orquestra, cada qual com sua função e sua valorização na busca da completa afinação para assim atingir uma educação de qualidade para todos.

## **REFERÊNCIAS**

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABRAMOWICS, Anete; MOEL, Jaqueline. **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papirus, 1997.
- ARAGIANNIS, A., STAINBACK, W. & STAINBACK, S. Fundamentos do ensino exclusivo. In: STAINBACK, W. & STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- ARANHA, Maria L. Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. MEC. Declaração de Salamanca. Brasília, 1994.
- BRASIL. UNICEF. **Declaração Mundial de educação para todos**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para Infância, 1990.
- BRASIL. LEI nº 9.394. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. Brasília, nº 248, 1996.
- BOOTH, Tony & BLACK-HAWKINS, Kristine. **Developing learning and participation in countries of the south. The role of an index for inclusion**. Paris: UNESCO, 2001.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para aprendizagem. Educação Inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CANEN, A. & MOREIRA, A. F. B. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: CANEN, A. & MOREIRA (org.) **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas: Papirus, 2001.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini dicionário da Língua Portuguesa. 4ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LARROYO, Francisco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1982.

MONROE, M. Paul. **História da educação**. 6ª ed., São Paulo: Nacional, 1983.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PENIN, Sonia Terezinha de Souza. **Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?** São Paulo, 2004

PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. 7ª ed., São Paulo: Ática, 1997.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 6ª ed., São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Atual, 1997.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

# ***ANEXOS***